

JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: O DESCOBRIMENTO DO PAPEL DO JOVEM NA TRANSFORMAÇÃO DE SUA REALIDADE SOCIAL E EDUCACIONAL.

Sheyla Rosana Oliveira Moraes

Pet/GT/CS

Universidade Federal do Pará

Discente do Curso Ciências Sociais

UFPA

TecnoCenter

RESUMO

O presente artigo pretende traçar um perfil da juventude brasileira e estabelecer a relação entre a participação política juvenil, principalmente no que tange a educação. A análise dos jovens quanto suas principais demandas e aspirações no que se refere à políticas públicas para tais segmentos e seu entendimento sobre a relação entre o Estado e a sociedade também se fazem necessárias com o intuito de levantar dados para estabelecer as principais demandas por políticas públicas e o entendimento dos jovens sobre a influência destes mecanismos para a melhoria de sua educação e sua vida.

PALAVRAS-CHAVE

Educação, Estado, Juventude, Políticas Públicas, Participação.

RÉSUMÉ

que l'article actuel prévoit pour tracer un profil de la jeunesse brésilienne et pour établir la relation entre la politique jeune de participation, principalement dans ce qu'il se rapporte à l'éducation. L'analyse de la jeune combien sa force exige et les aspirations quant à la politique publique pour de tels segments et à son accord sur la relation entre l'état et la société deviennent également nécessaires avec l'intention d'augmenter donnée pour établir les demandes principales de la politique publique et de l'accord des jeunes sur l'influence de ces mécanismes pour l'amélioration de son éducation et de sa vie. Éducation

CLEF DE MOT

, état, jeunesse publique, la politique, participation.

APRESENTAÇÃO

O olhar da sociedade sobre essa juventude ainda é carregado de mitos e preconceitos. Se não nos despirmos deste modo de olhar pouca mudança será possível. É hora de entender melhor e ouvir o que os próprios jovens querem e pensam sobre seu futuro, para que possamos construir um novo referencial de sociedade. Para isto, a identificação do jovem como sujeito participativo do processo político é necessário e o estabelecimento de alguns conceitos básicos também que vão elucidar o desenvolvimento do presente artigo.

O primeiro passo é entender o que é política pública, e para tanto, recorreremos a nosso conhecimento acadêmico a respeito de tal conceito: políticas públicas são formas de políticas implementadas pelo Estado que pretendem garantir o consenso social, através de iniciativas que contribuam para a redução de desigualdades e controle das esferas da vida pública para garantir os direitos dos cidadãos. É preciso entendermos, ainda que as políticas públicas enquanto um conjunto de ações são coordenadas com o objetivo público e, por isso, faz-se necessário não confundirmos políticas públicas com políticas governamentais. Cada vez mais a sociedade civil tem desenvolvido e executado políticas públicas; os Poderes Legislativo e Judiciário também implementam estas políticas. Entendê-la enquanto a expressão do trânsito das relações entre Estado e Sociedade, é compreendê-la como algo em construção e em permanente disputa entre os atores sociais que os fazem e conseqüentemente, os constroem.

Assimilar esta mobilidade é fundamental para entrar no mundo das Políticas Públicas com as juventudes. Esta é uma política em construção e, portanto, temos que superar este consenso superficial que a tem pautado. Estamos falando de um projeto de nação, da construção do futuro e, desta forma, da necessidade de estar articulado com um conceito de desenvolvimento civilizatório que aprofunde a democracia, distribua renda e encare os jovens enquanto cidadãos capazes e detentores de direitos, portanto, protagonistas de seus próprios sonhos. Uma Política Pública contemporânea ao nosso tempo tem que discutir as questões de raça, credo, gênero, classe social, não se restringindo a discutir a forma e sim ir além, construindo socialmente o seu conteúdo e conceito estratégico de sociedade.. Contudo, na prática, é a pressão de setores da sociedade sobre o gover-

no, seja de forma organizada ou não, que dá origem às Políticas Públicas. Nos últimos anos, observa-se ainda o aumento no número de iniciativas que são resultado de uma cooperação entre governo e sociedade. Nas melhores iniciativas, muitas vezes experiência bem-sucedidas de ONGs(Organização Não Governamental) são absorvidas como Políticas Públicas.

O segundo ponto a ser considerado é que estas políticas públicas só surtem efeitos esperados quando é levado em conta a opinião do seu público-alvo, ou seja, os sujeitos para os quais o benefício será propiciado, neste caso a juventude brasileira. Mas é preciso que sejam políticas públicas propositivas, e não reativas. Na maioria dos casos, a juventude só se torna objeto de uma quando associada a estereótipos negativos, como a delinqüência, a violência e o abuso de drogas. Assim a forma mais viável de garantir sua implementação é através da participação dos jovens em sua gestão discutindo as problemáticas para o alcance das potencialidades que tal mecanismo pode gerar ao corpo da categoria social, pois, neste sentido, o que o jovem precisa é de políticas que lhe assegurem uma escola acessível e de qualidade, formação profissional adequada, oportunidades dignas de trabalho e renda, alternativas de lazer saudável e aconselhamento sobre reprodução e saúde sexual. O jovem necessita de apoio, atenção e perspectivas de auto-realização.

O terceiro ponto é a inserção do jovem como sujeito que merece a atenção do Estado, o que acontece a partir das últimas décadas do século XX com os grandes movimentos de contestação e

reivindicação juvenis, em especial o movimento que ficou conhecido como “Diretas Já”. Esse é o marco inicial para a percepção deste grupo social como relevante no sentido político sobre o qual o Estado deveria tecer preocupação, principalmente quando consideramos que o Brasil possui uma população jovem que ocupa uma parcela considerável do contingente total de habitantes do país. Por isso, a ausência de políticas públicas específicas para esta faixa da população é um antigo problema, pois mais do que nunca, os jovens brasileiros mostram-se vulneráveis a questões como desemprego, violência e drogas, que vêm somar-se às mazelas decorrentes da falta de investimentos em educação e em programas de complementação de renda.

O documento da câmara dos deputados aponta dados estatísticos que traçam o perfil da juventude brasileira, composta por 34.092.224 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, número que somado aos jovens com faixa etária de 25 a 29 anos resulta num total de 47.939.723 milhões de jovens no Brasil (IBGE/2002). Esse é o público para o qual tais políticas devem ser pensadas, considerando-se também que o país é o quinto do mundo com maior percentual de jovens em sua população (segundo o Fundo de População da Organização das Nações Unidas- ONU). Para isto, o jovem deve ser encarado como sujeito, como pessoa capaz de participar, ampliar, influir e transformar projetos, programas e atividades implementados pelo governo ou pela sociedade civil. O primeiro passo, neste processo, é mobilizar o adolescente. A seguir, é necessário oferecer-lhe as condições para uma atuação construtiva. Pois, o contexto nacional exige, portanto, a urgente elaboração de políticas transformadoras sociais – ações que

trabalhem diretamente o potencial do jovem e desenvolvam seu conceito de cidadania e participação ativa na sociedade.

As políticas públicas elaboradas pelo governo brasileiro , em geral, são o oposto disso: são políticas compensatórias, que essencialmente procuram corrigir as desigualdades e demandas mais gritantes ou urgentes. Entretanto, a partir de 2004 foi dada uma maior atenção para a população jovem pelo Governo federal, com a criação da Secretaria Executiva de Políticas Públicas para a Juventude (SEPPJ) vinculada ao Gabinete da Presidência da República e pelo Congresso Nacional com a criação da Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude. Identificou-se aí o início estudos e ações sobre juventude que repercutiram nos Governos Estaduais - no caso do Pará através do Pro-Paz - Juventude, iniciado em 2005- e que através da educação faz os jovens refletirem sobre seu papel e suas necessidades sociais.

A pesquisa realizada pelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) em 2005 nas regiões metropolitanas do país e no Distrito federal apontou que essas políticas de bem-estar para a juventude levam em consideração o perfil sócio-econômico dos jovens, observando o agravamento das condições de vidas que incidem diretamente no aumento da sensação de insegurança no presente e nas incertezas quanto ao futuro destes próprios jovens, portanto, os entraves da vida cotidiana devem ser levados em conta para a formulação de tais políticas que visam o estímulo a participação da juventude. Estímulo este que só opera através de investimento na educação e qualificação destes jovens.

Uma vez que jovens sem educação e trabalho estão condenados ao subemprego, à sub-cidadania e, por tabela, a uma espécie de sub-vida marcada pela ausência de perspectivas e de ambições positivas. São o que a ONU chama de uma "cultura impulsionada pela mídia", não podem aspirar aos bens e valores cultuados por essa mesma mídia e, o que é mais grave, acabam perdendo um dos mais nobres direitos relacionados à natureza humana - o direito de sonhar.

Em relação a pesquisa acima mencionada, nota-se um certo grau de insegurança em relação à classe política tradicional e a emergência de outras esferas de participação política dos jovens como coletivos juvenis, movimento estudantil, esfera pública básica (voluntariado), grupos de orientação religiosa, esportiva e artística, pois quanto mais instrução os jovens tiverem maiores produções terão e , conseqüentemente, maior desenvolvimento do país, maiores as chances para a prática política e educacional dos jovens.

JUVENTUDE E EDUCAÇÃO

Historicamente, a educação ocupa o setor de gestão pública que mais centralizou a formulação de políticas. Hoje, os jovens possuem mais acesso à escolarização formal e permanecem nela por mais tempo, mostrando que a juventude tem condições e preparo para alcançar novos objetivos afim de melhorar sua vida e de sua família. Mas, apesar de serem relativamente altas as taxas de escolarização no país — de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1985, cerca de 88% dos jovens e 93% das jovens, na faixa de 15 aos 19 anos, eram alfabetizados —, a

situação educacional dos jovens brasileiros ainda é bastante precária. Alta incidência de repetência e de evasão e a grande defasagem entre a situação escolar nas áreas urbanas e rurais mostram que, no Brasil, a possibilidade de que a educação seja um instrumento para atingir níveis mais elevados de desenvolvimento econômico e bem-estar social, está seriamente comprometida. A escola não está garantindo a todos um mínimo de instrumentação que torne as chances sociais menos desiguais. É bom lembrar que o índice de analfabetismo, entre crianças e adolescentes de 10 a 17 anos, é de 28,6 %, quase 10% somente de adolescentes (Crianças & Adolescentes, Volumes I, II e III, Indicadores Sociais, Unicef e IBGE, 1989). Neste sentido, para garantir a continuação do ensino de qualidade é necessário que jovem seja participativo no debates sobre seu cotidiano escolar e estimule a participação de outros jovens para que assim ,conjuntamente possam buscar soluções através de políticas públicas para a melhoria do ensino e qualidade da educação no país ,principalmente na escola pública.

Portanto, para ampliar as oportunidades educacionais; aumentar o nível educacional da juventude participante, considerando seu nível inicial; e, dar continuidade ao processo de escolarização, facilitando, desta forma, melhor inserção do jovem nas atuais demandas da sociedade e do mundo trabalho que necessitam de políticas públicas educacionais que contribua para a formação do jovem como agente transformador de sua realidade social. Entretanto, para serem efetivas, as políticas públicas necessitam da participação dos sujeitos beneficiários em sua discussão, e se a maior parte dos jovens encontram dificuldades para se inserirem em grupos que discutam sua rea-

lidade pelas condições sócio-econômicas, é preciso, neste sentido, criar mecanismos que diminuam essas diferenças e estimulem a participação e a integração dos jovens como atores e atrizes desse processo para que as políticas públicas atendam efetivamente suas demandas e garantam a inclusão destes no contexto de participação política da sociedade.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho é mostrar um pouco como anda a situação do jovem no Brasil, país com tamanhas desigualdades sociais e com uma juventude com pouca oportunidade de realizar seu trabalho, e mostrar que há uma proposta de mudança desta realidade, através de políticas públicas para a juventude no âmbito da educação, pois acredita-se que somente com educação pode garantir um futuro promissor para esta juventude que almeja resultados positivos no campo sócio-econômico, o que também vem a contribuir para o desenvolvimento do país, como por exemplo, no campo político, abre oportunidade de participação para novas camadas sociais, na educação, diminuem o índice de analfabetismo e incentiva cada vez mais a inclusão dos jovens nos cursos superiores o que leva o país a garantir saltos positivos no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) o que não acontece de maneira surpreendente para o país a tempos, e entre outros índices que elevam e qualificam a estrutura de um país em desenvolvimento.

As políticas sociais universais, ainda precisam ser trabalhadas em num campo mais profundo em nosso país, afim de que garantam alguns direitos emergentes relativos a esta camada da sociedade: a

juventude.camada que precisa de investimento na sua educação e segurança pra o futuro promissor, pois se encontra na juventude o futuro do Brasil.

Referencial Bibliográfico

ABAD,M. Las politicas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadania y nuevacondicion juvenil en Colombia. DAVILA,O. (ed.). **Políticas de juventud en America Latina: politicas nacionales.** Viña del Mar, CIPDA, 2003.

(_____) **“Crítica política das políticas de juventude”.** In: FREITAS, M.V.; PAPA, F. C. (orgs.). **Políticas públicas de juventude. Juventude em pauta.** São Paulo: Cortez/Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2003.

ABRAMO, H. ***Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano.*** São Paulo: Scritta, 1994.

(_____). **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. Juventude e contemporaneidade.**

Revista Brasileira de Educação. São Paulo, Anped, n. 5-6, 1997.

(_____) **INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONOMICAS (IBASE); INSTITUTO OLIS.** Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas. Rio de Janeiro. IBASE. 2005. 103 p.

CRIANÇAS & ADOLESCENTES, Volumes I, II e III, Indicadores

Sociais, Unicef e IBGE, 1989.

REVISTA DEMOCRACIA VIVA. Especial Juventude e Política. Rio de Janeiro: IBASE, Jn/ Mar de 2006.99 p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude. Relatório Preliminar – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações 2004.160 p.

CONTATOS:

Postal: Rua Oscar Niemeyer nº 03, Residencial Raimundo Jinkings –
Tapanã ,

CEP: 66825-190 Belém-Pa

Telefone: (091) 8815-7451

Email: srom12@yahoo.com.br